



RELATÓRIO E CONTAS

ANO 2007

ÍNDICE

1- MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
2- RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
2.1. Actividade Operacional – Apreciação Geral	5
2.2. Estatísticas e Indicadores	6
2.2.1 Volume de Transacções	6
2.2.2 Cartões Activos versus Cartões Vivos	7
2.2.3 Montantes Dispensados	8
2.2.4 Montantes de Compras em TPA's	8
2.2.5 Índices de Utilização	9
2.2.6 Parque de Pontos de Rede (Terminais)	11
3. RECURSOS HUMANOS	13
4. BALANÇO E CONTAS	15
4.1 Balanços Patrimoniais	19
4.2 Demonstração de Resultados	20
4.3 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	21
5. RELATÓRIO DE AUDITORIA	38
6. PARECER DO CONSELHO FISCAL	40
7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 2006 / 2007	41

ORGÃOS SOCIAIS

1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

BANCO NACIONAL DE ANGOLA (Presidente)
- Dr^a Marinela Martins Amaral
BANCO DE POUPANÇA E CRÉDITO (Secretário)
- Dr^a Maria de Fátima H. Silveira Lima

2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO NACIONAL DE ANGOLA (Presidente)
- Dr. Pedro Maiangala Puna
MEMBRO INDEPENDENTE (Administrador-Cooptado)
- Eng^o José Gualberto de Matos
BANCO DE FOMENTO ANGOLA (Administrador)
- Dr. Carlos Alberto dos Santos Ferreira
BANCO AFRICANO DE INVESTIMENTOS (Administrador)
- Eng^o Simão Fonseca
BANCO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA (Administrador)
- Dr^a Maria do Carmo Corte Real

3. COMISSÃO EXECUTIVA

BANCO NACIONAL DE ANGOLA (Presidente)
- Dr. Pedro Maiangala Puna
MEMBRO INDEPENDENTE (Administrador-Cooptado)
- Eng^o José Gualberto de Matos

4. CONSELHO FISCAL

BANCO COMERCIAL ANGOLANO (Presidente)
- Dr. António Vicente de Gouveia
BANCO TOTTA DE ANGOLA (1^o Vogal)
- Eng^o. João de Carvalho
BANCO MILLENNIUM ANGOLA (2^o Vogal)
- Dr. António Sousa Mota

1-MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Tal como nos anos anteriores, o Exercício de 2007 cujas contas aqui se apresentam decorreu igualmente norteadas pelo desígnio da eficiência. Agilizar a expansão e a consolidação do serviço, garantido e melhorando a sua qualidade, continuaram a ser o lema e a nota dominante de toda a acção da empresa. A Rede MULTICAIXA é hoje uma marca e uma referência incontornável para muitos angolanos, sendo inestimável o seu contributo na consolidação, modernização e afirmação do Sistema de Pagamentos Angolanos (SPA), para além de potenciar o esforço de bancarização da população em que o sector financeiro se acha engajado. Neste aspecto particular, deve -se assinalar o crescimento do serviço dos TPA'S não só em função do número de terminais deste tipo instalados nos estabelecimentos comerciais mas também pelo volume de transacções registadas e fundos movimentados, traduzindo um crescimento cifrado acima dos 90% ao ano. O recurso à tecnologia GPRS contratada à Operadora UNITEL, permitiu -nos esta substancial melhoria da qualidade do serviço dos TPA'S.

Entre diversas realizações desenvolvidas ao longo do ano, merece aqui especial destaque o contributo da EMIS no processo de **filiação dos nossos Bancos à Rede VISA**, o que permitiu que quatro dos quinze Bancos Comerciais tornassem realidade a aceitação dos Cartões daquela bandeira, na nossa Rede. Este facto obrigou a empresa a compatibilizar a sua Rede à norma EMV, com certificação internacional, tarefa que implicou um custo de investimento.

O desenvolvimento de estudos para materialização futura do Novo Centro Informático Seguro (NCIS) da Rede, foi outra actividade de realce, visando a implementação das acções atinentes ao **Plano de Continuidade de Negócio**. Esta afirmação da empresa no mercado nacional permitiu inestimáveis aportes para o Sistema Financeiro Nacional, contribuindo desta forma para o seu prestígio.

A par deste esforço para a afirmação do serviço da Rede a nível nacional e à sua internacionalização, a EMIS esteve igualmente engajada no sentido de perseguir e alcançar o equilíbrio das suas contas do Balanço, visando a necessária estabilidade financeira. Este é um dado relevante e digno de realce. Na verdade, e como consequência de uma rigorosa política de austeridade imprimida na gestão dos recursos, foi possível à EMIS elevar o volume dos seus Proveitos bastante acima dos seus Custos fixos e variáveis, encerrando o presente Exercício com um resultado líquido de USD 2.259 mil. Em função disto, a Administração entendeu reduzir significativamente o Tarifário do serviço prestado, a partir do mês de Novembro. Chegados ao ponto de equilíbrio registado no Exercício anterior e alcançado agora este cenário de relativo conforto, **termina para a EMIS o período de recuperação do investimento iniciado e de benefício fiscal.**

Será, finalmente, de toda a justiça sublinhar que esta performance alcançada e que ao longo do Relatório se poderá constatar, só foi possível graças ao saber, empenhamento e dedicação de todos os quadros e trabalhadores da EMIS e sobretudo ao indefectível apoio de todos os accionistas da sociedade, com especial destaque para o BNA. Neste particular, uma nota de realce merecerá também a SIBS, nossa congénere Portuguesa, e todos os fornecedores da Instituição, em geral. Aqui fica, pois, plasmado o nosso muito obrigado, sendo certo que mais e melhor nos propomos fazer no futuro, em prol da instituição que servimos e em prol do sistema de Pagamentos de Angola (SPA).

2 - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2.1. Actividade Operacional – Apreciação Geral

O ano de 2007 foi globalmente bastante bom. O crescimento registado no ano de 2007, relativamente ao ano anterior cifrou-se em cerca de 100 % (102,2 % em termos de transacções em ATM e 92,1 % em termos de transacções em TPA).

O parque de ATM's matriculados passou de perto de 300 para cerca de 450 no final do ano, enquanto que o parque de TPA's passou de cerca de 400 para 1200, ou seja, triplicou. Este crescimento no parque de TPA's ficou a dever-se a uma iniciativa que levou à consideração do ano de 2007, como o ano do TPA.

Apesar das limitações decorrentes da qualidade da energia eléctrica e das comunicações, foi possível manter durante o ano de 2007 um nível geral de qualidade bastante satisfatório.

O esforço que foi imprimido no serviço de pagamento automático permitiu aproximar o volume de transacções de TPA a um valor muito próximo das 100 mil por mês, o que embora ainda só represente 5 % do volume de transacções em ATM's, é já um indicador satisfatório. A introdução do suporte de TPA's em comunicações móveis GPRS veio dar um forte alento a este serviço, em particular no seu alargamento às províncias.

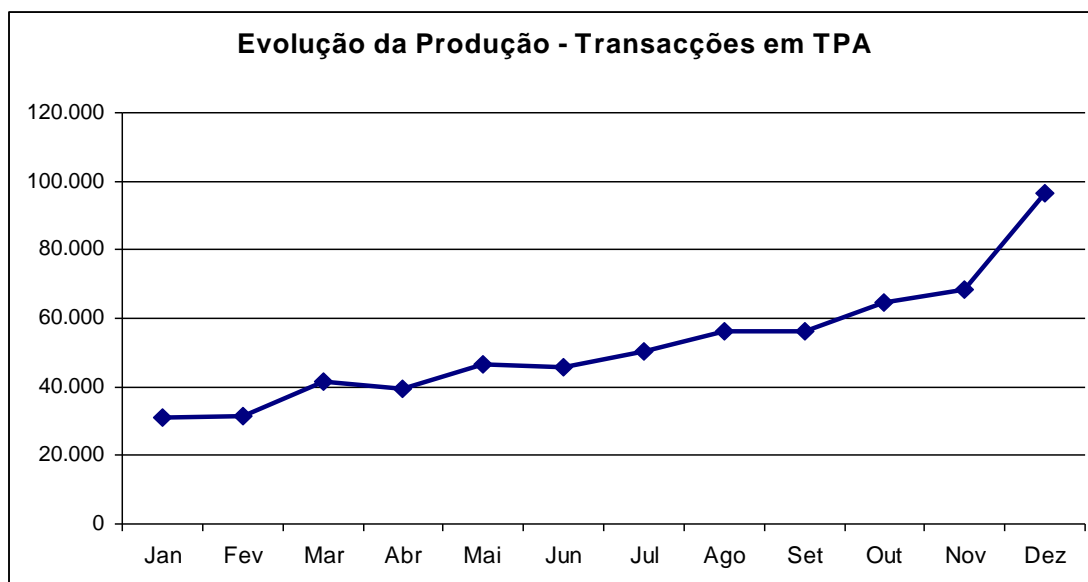
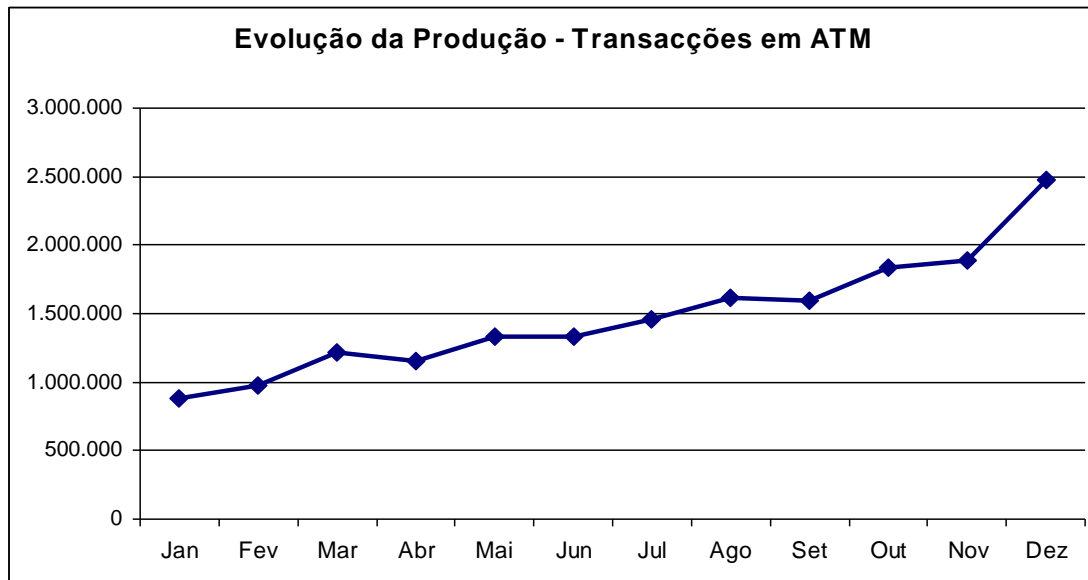
Apesar de todas as dificuldades, é de destacar o forte impulso dado no alargamento da rede de Caixas Automáticas ao interior do país, sendo que no final do ano cerca de 30 % do parque de máquinas se encontrava instalado fora de Luanda.

A efectiva consolidação e estabilização da operação MULTICAIXA, o que foi o objectivo maior de exercícios anteriores, permitiu que neste exercício a Administração se concentrasse mais no desenvolvimento da rede, nomeadamente no que respeita à internacionalização da rede e na criação de melhores condições de operação. Nesse sentido há a registar um passo muito importante e significativo para o sistema de pagamentos angolano, que foi a certificação da Rede MULTICAIXA para a aceitação de cartões da marca VISA. Assim, coroando o enorme esforço realizado nos dois anos anteriores, a Rede começou a aceitar cartões da marca VISA em ATM no mês de Março de 2007 e em TPA no mês de Setembro.

2.2 Estatísticas e Indicadores

2.2.1 Volume de Transacções

O nível de produção da rede em termos de transacções teve um crescimento acentuado em 2007 como se evidencia pelo gráfico seguinte .

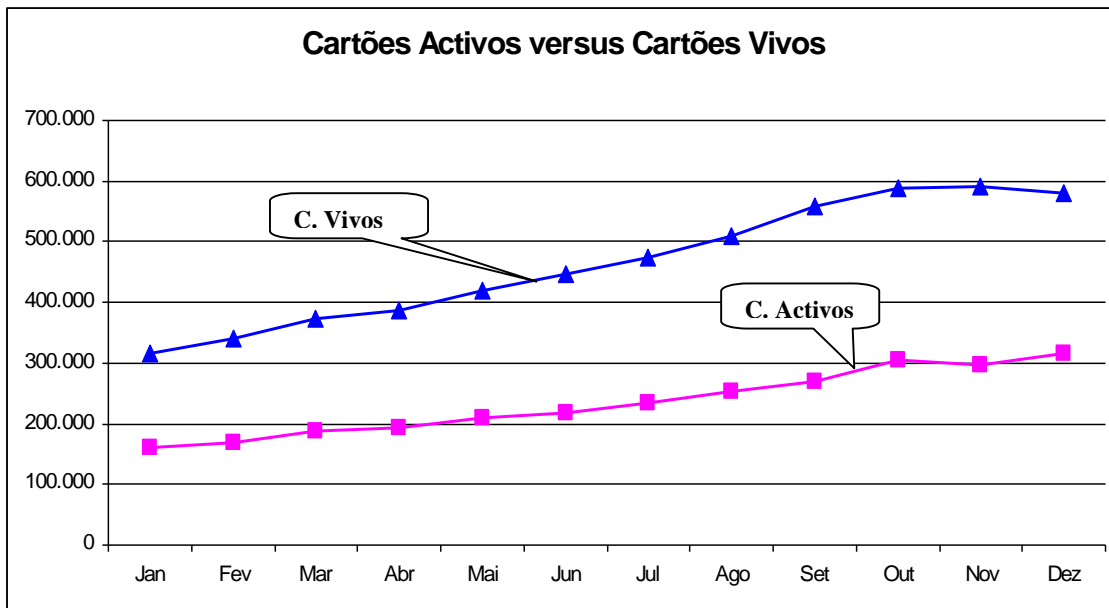


O volume de transacções registado em 2007, comparado com o de 2006, é o que se reproduz no quadro seguinte:

Tipo de Tx	Volume de Tx 2006	Volume de Tx 2007	Cresc.
Tx em ATM	8,782,144	17,754,886	102,2 %
Tx em TPA	323,293	621,161	92,1 %

2.2.2. Cartões Activos versus Cartões Vivos

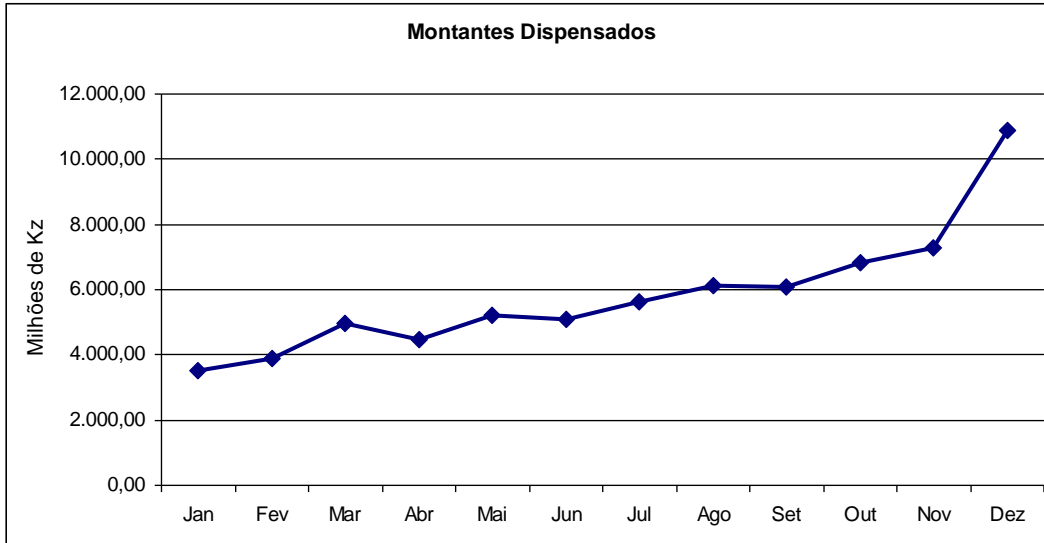
A evolução de cartões activos e cartões vivos na Rede MULTICAIXA é a que se mostra no gráfico seguinte.



Considera-se que um cartão é Activo desde que esse cartão faça pelo menos um movimento na rede no mês considerado. Considera-se que um cartão é Vivo desde que tenha tido pelo menos uma utilização desde a sua criação.

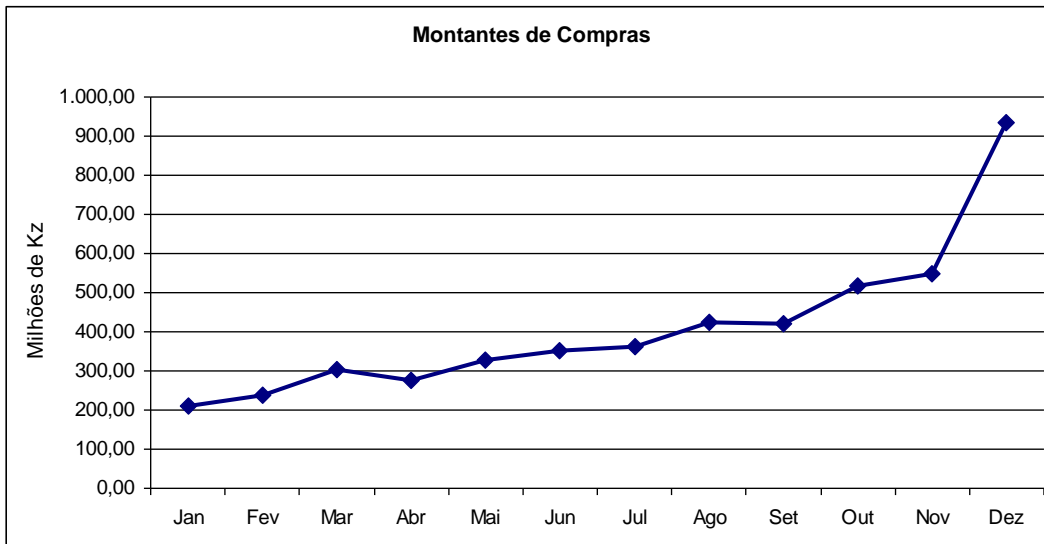
2.2.3. Montantes Dispensados

O Gráfico seguinte mostra os montantes dispensados mensalmente na Rede MULTICAIXA durante o ano de 2007



2.2.4. Montantes de Compras em TPA

O volume mensal de Compras em TPA é mostrado no gráfico seguinte:



Valor total dispensado em 2006

36,306 mil milhões de Kwanzas (442 milhões de Dólares)

Valor total dispensado em 2007

69,999 mil milhões de Kwanzas (932 milhões de Dólares)

Valor total de compras em TPA em 2006

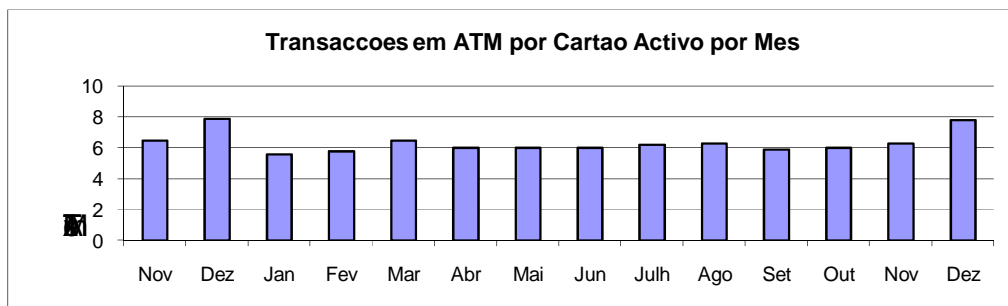
2,130 milhões de Kwanzas (25,9 milhões de Dólares)

Valor total de compras em TPA em 2007

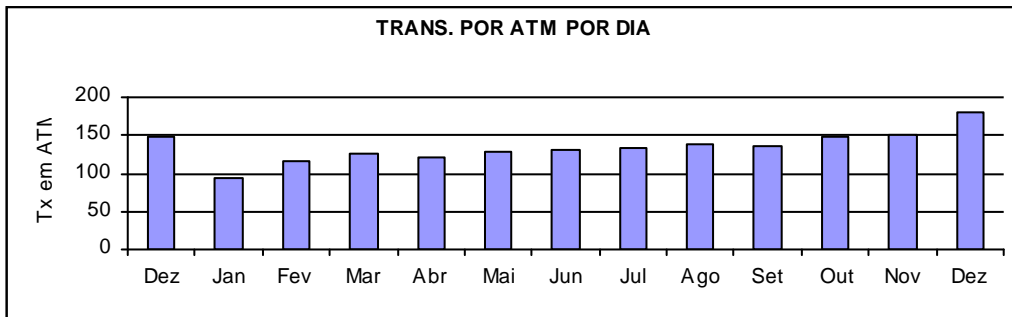
4,909 milhões de Kwanzas (65 milhões de Dólares)

2.2.5. Índices de Utilização

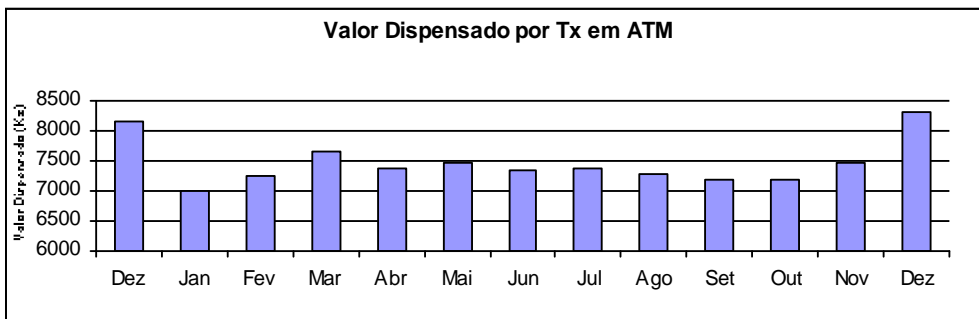
O índice de utilização Tx em ATM por Mês e por Cartão Activo continua relativamente elevado, se tivermos em conta que os serviços oferecidos estão limitados aos serviços básicos (consultas e levantamentos). Este indicador estabilizou em torno das 6 Tx.



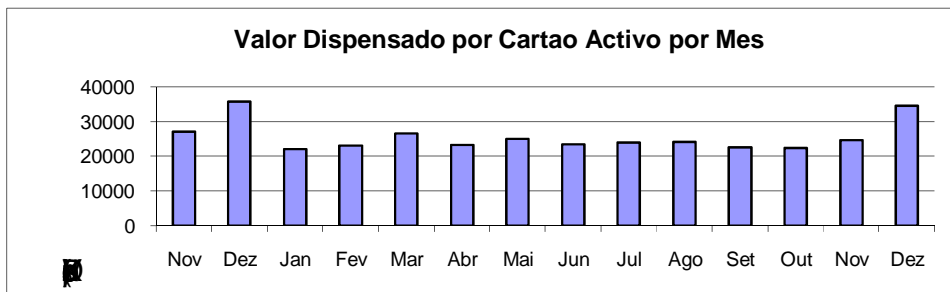
A produtividade em ATM (Tx/ATM/dia) foi a indicada no gráfico.



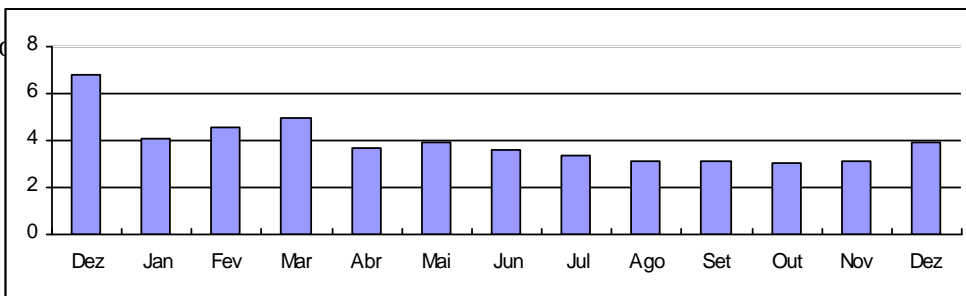
Valor médio por operação de levantamento



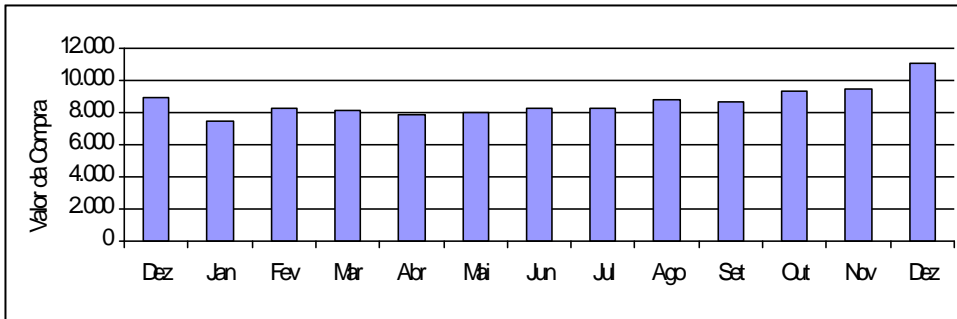
Valor médio dispensado por cartão activo por mês



A pro

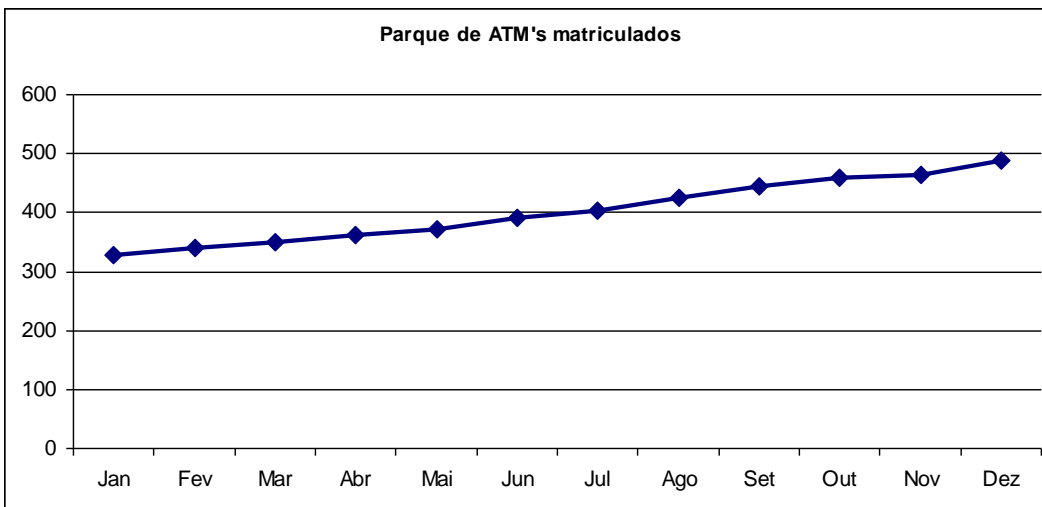


Valor médio de compra em TPA

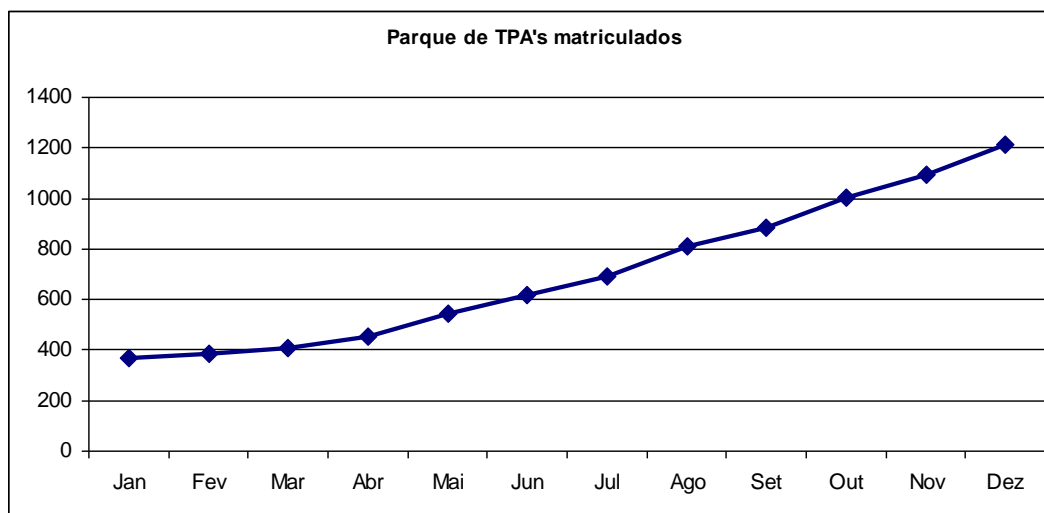


2.2.6. Parque de Pontos de Rede (Terminais)

A evolução do Parque de ATM's vai mostrada no gráfico seguinte:



A evolução do parque de TPA's Activos é a que vai indicada no gráfico seguinte.



O alargamento às províncias em Dezembro de 2007 era o que vai reflectido no quadro seguinte:

PROVINCIAS	CIDADES	QTD DE ATMS
CABINDA	CABINDA	18
BENGUELA	BENGUELA	22
	LOBITO	12
	CATUMBELA	1
	BAIA FARTA	1
	HUILA	LUBANGO
NAMIBE	NAMIBE	9
KWANZA-SUL	SUMBE	9
	KIBALA	1
MALANGE	MALANGE	8
HUAMBO	HUAMBO	10
KWANZA-NORTE	N'DALATANDO	1
	DONDO	2
CUNENE	ONDJIVA	8
KUANDO KUBANGO	MENONGUE	1
BENGO	CAXITO	4
BIE	KUITO	4
LUNDA-NORTE	NZAGE	6
	CAFUNFO	2
	DUNDO	2
LUNDA-SUL	SAURIMO	4
ZAIRE	SOYO	7
UIGE	UIGE	5
MOXICO	LUENA	4
	TOTAL	160

3. Recursos Humanos

O ano de 2007 pautou-se por uma estabilização do número de colaboradores da EMIS. O quadro abaixo espelha a evolução comparativa entre o exercício em análise e ano transacto de 2006.

CATEGORIA	N.º DE EFECTIVOS	
	2007	2006
Conselho de Administração		
- <i>Presidente</i>	1	1
- <i>Admin. Executivo</i>	1	1
- <i>Admin. n Executivo</i>	3	3
Comissão Executiva		
- <i>Presidente</i>	1	1
- <i>Admin. Executivo</i>	1	1
Técnicos Superiores		
- <i>Economistas</i>	3	3
- <i>Engenheiros</i>	5	4
- <i>Equiparados</i>	5	5
Técnicos Médios	10	8
Apoio Administrativo		
- <i>Secretárias</i>	2	2
- <i>Motorista</i>	2	2

Foi necessário reforçar, em dois elementos, a área que presta atendimento contínuo aos Bancos que pela sua operacionalidade por turnos e também por ser imperioso respeitar a legislação laboral estava carenciada na sua composição.

A política de recursos humanos manteve-se centrada no contínuo reforço de competências dos quadros da EMIS. Foi nessa esteira que se alargou o quadro de engenheiros que operam a gestão da REDE para mais um quadro superior.

Sendo a EMIS uma empresa que opera com tecnologias de informação modernas privilegiou-se a contínua formação dos seus efectivos localmente, ou no exterior junto dos parceiros estrangeiros da EMIS (SIBS, CRITICAL SOFTWARE).

Localmente merece destaque as acções relacionadas com a internacionalização da REDE. Colaboradores da EMIS participaram em seminários e workshops versados em matérias coincidentes com a aceitação de cartões internacionais na REDE MULTICAIXA.

A EMIS pôde pela primeira vez praticar, junto dos seus colaboradores, uma política de incentivos salariais uma vez alcançados os objectivos estabelecidos pelo Conselho de Administração quanto ao volume de transações efectuadas na REDE MULTICAIXA.

Assim, e tendo com suporte a estabilidade operacional com reflexos óbvios nas disponibilidades da EMIS, foi possível atribuir um prémio de 1,5 salários ao conjunto do universo dos colaboradores. Igualmente a Comissão de Vencimentos acordou a atribuição de 3 salários a cada um dos membros do Conselho de Administração uma vez alcançados os objectivos.

O quadro abaixo é ilustrativo da evolução da massa salarial praticada em 2006 e 2007 .

	2007	2006
Conselho de Administração	35.255.022	16.598.417
Trabalhadores	136.918.360	76.452.048
TOTAIS	172.173.382	93.050.465

A EMIS pôde pela primeira vez praticar uma politica de prémios por objectivos aos seus colaboradores. O Conselho de Administração numa das suas sessões ordinárias estabeleceu os patamares, em volume de transacções a realizar na REDE, a atingir. Uma vez alcançados, e ainda sen carácter selectivo, o universo de trabalhadores foi contemplado com mais um salário e meio.

O seguro de saúde manteve-se como uma realidade para este exercício. A EMIS manteve com beneficio social dos seus colaboradores e agregado familiara dependente um seguro de saúde, de cerca de USD 100.000,00, com cobertura completa e evacuação para o estrangeiro em caso de necessidade.

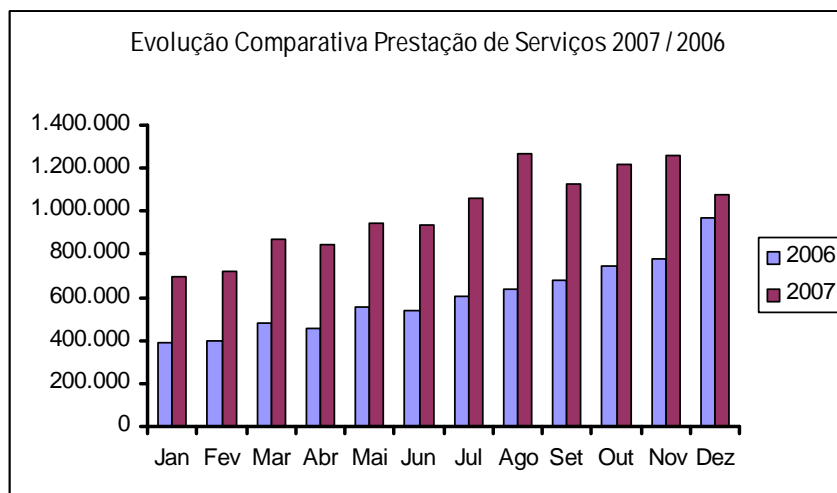
A politica de prémios e o seguro de saúde contratado foram pela primeira vez classificados com remunerações aos trabalhadores e administradores .

4. BALANÇO E CONTAS

Os números que compõem os documentos financeiros de 2007 espelham a estabilidade operativa da REDE MULTICAIXA no mesmo período. Investimentos em novas funcionalidades, a crescente adesão de novos usuários da REDE bem como a solidificação do relacionamento da EMIS com os seus parceiros estratégicos resultaram numa clara melhoria operacional.

Os proveitos constituídos no exercício de 2007 são uma evidência do crescimento da REDE MULTICAIXA. Apesar de se ter antecipado a decisão da redução de tarifas, apontada para o ano de 2008, para o último mês de 2007, a prestação de serviços directos aos Bancos participantes na REDE observou um crescimento na ordem dos 57,5% quando comparada com ano de 2006. A redução de tarifas incidu no preço aplicado às transacções efectuadas na rede de Caixas Automáticas (CA's) e Terminais de Pagamentos Automáticos (TPA's) fixando-as em patamares inferiores em sensivelmente 50%.

Importa referir que na globalidade dos proveitos da EMIS o grupo da Produção, onde estão incluídas as transacções em CA's e TPA's, é já desde o ano de 2006 aquele que contribui com um maior percentual na constituição dos mesmos. De referir igualmente que o proveito obtido com a disponibilização do serviço de recargas telefónicas às operadoras de comunicações móveis observou um crescimento de 40%.



A estabilidade operacional teve igualmente reflexos no comportamento da globalidade dos custos. Embora os valores observados tenham ficado para além dos orçamentados, os custos incorridos para suportar as actividades correntes da operação observaram uma característica ascendente mas com uma variação mais rígida quando comparado com o grupo dos proveitos.

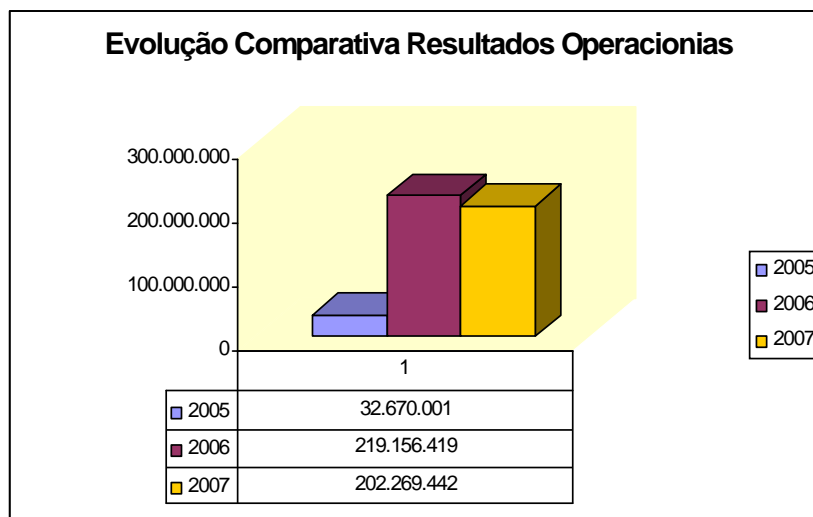
Rubricas	2007	2006
Despesas com o Pessoal	172.173.382	93.050.465
Fornecimentos e serviços de terceiros		
Conservação e reparação	217.449.470	86.960.189
Assistência Técnica Estrangeira	72.424.099	22.589.484
Serviços de telecomunicações	54.948.999	35.027.843
Honorários e avenças	43.252.485	18.146.615
Outras	88.331.922	66.626.854
Impostos	19.165.742	13.266.501
Custos e perdas operacionais	1.179.523	785.076

Previsivelmente a rubrica Assistência Técnica é aquela que com maior percentual na totalidade dos custos. Está proporcionalmente ligada ao crescimento do parque das máquinas instalado (CA's e TPA's) e à sua manutenção. O ano de 2007 terminou com uma operacionalidade na ordem dos 441 CA's e 809 TPA's activos quando 2006 apresentou para o mesmo período 282 e 211 respectivamente.

O exercício de 2007 contempla pela primeira vez a política de prémios salariais uma vez atingidos os objectivos preconizados para o número de transacções. Assim, ao universo dos trabalhadores foi atribuído mais 1,5 salários para além das 14 remunerações mensais. Os membros do Conselho de Administração beneficiaram de 3 remunerações adicionais. Para estes últimos a Comissão de Vencimentos constituída por decisão de Assembleia Geral de Accionistas 4 de Novembro de 2006 acordou o reajuste da remuneração da Comissão Executiva bem como a remuneração dos Administradores não Executivos.

A EMIS mantém rubricado com a SIBS S.A. um contrato de manutenção de assistência técnica. Esta última prestou ainda serviços de consultoria no âmbito de novos projectos entretanto iniciados ou concluídos em 2007 (Projecto VISA, Documentação do Sistema, Certificação de Terminais). A dimensão desses projectos justifica o seu incremento percentual dentro da globalidade dos custos.

Os serviços adquiridos às provedoras de serviços de telecomunicações (ANGOLA TELECOM, UNITEL e MULTITEL) reflectem a disponibilização do serviço prestado pela REDE MULTICAIXA num número cada vez maior de pontos de acesso associados à própria expansão da REDE.



Parte significativa dos serviços e investimentos adquiridos pela EMIS são facturados em EUROS. A operação da sua liquidação através dos Bancos Comerciais originou perdas financeiras na figura de diferenças de câmbio. Tal resultou de: **1)** a aquisição e liquidação ocorreu em períodos temporais diferentes **2)** o EURO observou uma valorização crescente, em relação à moeda nacional, ao longo do ano de 2007 .

São corrigidos neste exercício os valores provisionados para proveitos do ano de 2006. A provisão constituída para acréscimo de proveitos da prestação de serviços aos Bancos foi sobre-avaliada. A sua correcção foi escrita nos resultados não operacionais.

Banco Privado Atlântico e Banco Angolano de Negócios e Comércio subscreveram o Capital Social da EMIS observando uma posição análoga à dos restantes accionistas minoritários sendo a sua participação ratificada pela Assembleia Geral de Accionistas de 22 de Junho 2007. Em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de Novembro de 2007 foi igualmente ratificada a participação em moldes idênticos aos referidos anteriormente do Banco Finibanco Angola e do Banco VTB. Os cinco novos accionistas subscreveram Prestações Acessórias de Capital, pelo equivalente em moeda nacional, de USD 112.000,00. O Banco Nacional de Angola subscreveu no Capital Social da EMIS os valores que lhe permitiram manter a posição de accionista maioritário.

Do Passivo, na rubrica Contas a Pagar, foram retirados os montantes correspondentes ao contrato Promessa de Compra e Venda rubricado pela Comissão Executiva da EMIS para aquisição de um imóvel para futura instalação do Centro Administrativo e Operacional. Notificou-se os proprietários do imóvel da renúncia ao direito de preferência de aquisição observando-se no fim do ano um litígio ainda não judicial para recuperação dos valores adiantados. Ainda no Passivo a empresa PLANAD-Palneamento e Informática LDA, prestadora de serviços de manutenção a CA's e TPA's, e a SIBS-Sociedade Interbancária de Serviços SA, consultora e fornecedora de serviços e softwares, constituem-se como os dois mais importantes credores da EMIS.

O processo de facturação mensal da EMIS para um determinado mês do ano ocorre no primeiro dia do mês imediatamente a seguir. O prazo de recebimento dos valores facturados aos Bancos utilizadores da REDE MULTICAIXA é de sensivelmente um mês. Assim, o saldo que a rubrica Contas a Receber apresenta corresponde

essencialmente os valores facturados no mês de Novembro. Os valores correspondentes a Dezembro estão provisionados em Acréscimo de Proveitos uma vez que a constituição ocorre apenas em Janeiro de 2008.

De salientar o valor de investimentos brutos realizados com recursos próprios em 2007. O orçamento aprovado apontava para um volume total de investimentos a realizar em 2007 de USD 2.531.050,00 reflectindo rubricas do Imobilizado cerca de USD 2.100.000,00 novos imobilizados. Destes podem ser referenciados como os mais significativos **a)** Projecto de arquitectura do novo Centro Informático Seguro **b)** Aplicação Multimarca para CA´s **c)** Projecto VISA **d)** Software Componentes de Segurança **e)** Software para Cartões de Supervisor não Personalizados .

Os depósitos em Bancos cresceram perto de 12% quando comparados com o ano transacto. Desses valores estão aplicados em produtos financeiros disponibilizados pelos Bancos comerciais o equivalente em moeda nacional a USD 800.000,00.

5. BALANÇO PATRIMONIAL

EMIS - EMPRESA INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS, S.A.

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 - Valores expressos em Kwanzas (KZ)

	Notas	Exercícios	
		2007	2006
ACTIVO			
Activos não correntes			
Imobilizações corpóreas	4	207.603.172	523.987.987
Imobilizações incorpóreas	5	89.072.723	81.140.102
Investimentos em subsidiárias e associadas	6	0	0
Outros activos financeiros	7	0	0
Outros activos não correntes	9	0	0
TOTAL DO ACTIVO NÃO CORRENTE		296.675.895	605.128.089
Activos corrente			
Existências	8	0	0
Contas a receber	9	90.222.350	56.121.455
Disponibilidades	10	248.947.240	81.361.370
Outros activos correntes	11	79.829.443	77.610.838
TOTAL DO ACTIVO CORRENTE		418.999.033	215.093.663
TOTAL DO ACTIVO		715.674.928	820.221.752
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	12	110.085.375	445.332.465
Reservas	13	36.760.286	26.611.442
Resultados Transitados	14	-198.310.454	-391.138.512
Resultados do exercício		57.635.646	202.976.902
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		6.170.853	283.782.297
Passivos não corrente			
Empréstimos de médio e longo prazo	15	429.764.605	0
Impostos diferidos	16	0	0
Provisões para Pensões	17	0	0
Provisões para outros riscos e encargos	18	20.498.744	0
Outros passivos não correntes	19	0	0
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE		450.263.349	0
Passivo corrente			
Contas a pagar	19	197.569.896	520.264.455
Empréstimos de curto prazo	20	0	0
Parte Corrente dos empréstimos a médio e longo prazo	15	0	0
Outros passivos correntes	21	61.670.830	16.175.000
		259.240.726	536.439.455
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		715.674.928	820.221.752

6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

BMS- EMPRESA INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS SA

Demonstração de Resultados

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 - Valores expressos em milhares (KZ)

	Notas	Exercícios	
		2007	2006
Vendas			
Prestações de serviços	23	949.492.075	602.770.432
Outros proventos operacionais	24	-	0
		949.492.075	602.770.432
Variações nos produtos acabados e produtos em vias de fabrico	25	-	-
Trabalhos para a própria empresa	26	-	-
Custos de mercadorias vendidas e das matérias-primas e subsidiárias consumidas	27	-	-
Custo com pessoal	28	172.173.382	98.050.465
Amortizações	29	78.297.011	47.160.986
Outros custos e perdas operacionais	30	496.752.240	243.402.562
		747.222.633	388.614.013
Resultados operacionais		202.269.442	219.156.419
Resultados financeiros	31	-21.633.028	-18.538.196
Resultados de filiais e associadas	32	0	0
Resultados não operacionais	33	-64.155.956	2.388.679
		-85.788.984	-16.179.517
Resultados antes do imposto		116.480.458	202.976.902
Impostos de rendimento	35	-58.844.812	0
Resultados líquidos das actividades correntes		57.635.646	202.976.902
Resultados extraordinários	34	0	0
Impostos de rendimento	35	0	0
Resultados líquidos do exercício		57.635.646	202.976.902

5. NOTAS EXPLICATIVAS

INTRODUÇÃO

1. Actividade

A EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A. (adiante designada por “Emis” ou “Sociedade”) foi constituída em 27 de Julho de 2001 com o objectivo de instalar, montar e gerir todas as infra-estruturas e tecnologia de suporte do sistema nacional e internacional de pagamentos de Angola.

2. Políticas contabilísticas adoptadas na preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Bases de apresentação das Demonstrações financeiras

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Geral de Contabilidade, aprovada pelo Decreto nº 82/01, de 16 de Novembro. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Sociedade, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos em Kwanzas (KZ) e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e:

- respeitam as características de relevância e fiabilidade.
- foram preparadas na base da continuidade e do acréscimo.
- foram preparadas em obediência aos princípios contabilísticos da consistência, materialidade, não compensação de saldos e comparabilidade.

As demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2007 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

Bases de valorimetria adoptadas na preparação das demonstrações financeiras

- A base de valorimetria global adoptada é o custo histórico.
- Os activos e passivos em moeda estrangeira são valorizados, no dia da transacção, à taxa de câmbio do BNA. As taxas de câmbio anuais do BNA para as principais moedas foram as seguintes:

	Média	Final
1 USD	KZ 76,706	KZ 75,204
1 EUR	KZ 104,995	KZ 109,568

Critérios de reconhecimento e bases de valorimetria específicas

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

A Sociedade procede à reavaliação das rubricas de equipamento básico, de transporte, administrativo e outras imobilizações corpóreas de acordo com coeficientes de desvalorização monetária definidas no Regime Fiscal das Amortizações.

De acordo com o referido regime, 30% do acréscimo das amortizações do exercício resultantes da reavaliação não é aceite como custo do exercício para efeitos da determinação do lucro tributável. Adicionalmente, só poderão calcular -se amortizações sobre os valores dos bens resultantes da reavaliação a partir do exercício económico seguinte àquele em que é efectuada a reavaliação.

As amortizações são calculadas pelo método de quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	3
Equipamento administrativo	4 - 10
Outras imobilizações corpóreas	5 - 6

b) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, correspondem, essencialmente, a *software* encontram-se registadas ao custo e são amortizadas num período de três anos, sendo capitalizados os custos com software cuja utilização se preveja ser superior a 1 ano.

c) Especialização de exercícios

A Sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

d) Saldos e transacções expressos em moedas diferentes de KZ

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para KZ, utilizando-se para tal as taxas de câmbio médias mensais de referência publicadas pelo Banco Nacional de Angola. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício (Nota 31).

e) Regime fiscal

A Sociedade encontra-se sujeita aos seguintes impostos:

- i) Imposto Industrial: de acordo com a Lei nº 55/99, de 6 de Agosto, o valor do Imposto Industrial é calculado através da aplicação de uma taxa de 35% sobre o resultado tributável. Adicionalmente, de acordo com a Lei nº 7/97, de 10 de Outubro, a Sociedade procede à retenção de 5,25% do valor das facturas de fornecedores quando do seu pagamento;
- ii) Segurança Social: esta contribuição corresponde a 11% das remunerações dos empregados, sendo que 3% são da responsabilidade do trabalhador;
- iii) Imposto sobre o Rendimento do Trabalho (IRT): Este imposto é retido pela Sociedade no processamento dos ordenados dos trabalhadores, sendo calculado com base nas remunerações destes. Ao abrigo do Decreto Executivo nº 62/03, de 7 Novembro, foram definidos 9 escalões crescentes variáveis, sendo a taxa máxima de 15%;
- iv) Direitos aduaneiros: Este imposto incide sobre as importações de bens efectuadas pela Sociedade. Estes direitos são variáveis e calculados de acordo com a tábua aduaneira em vigor;
- v) Imposto do Selo: Este imposto deve ser liquidado mensalmente e corresponde a 1% sobre o recebimento das vendas e prestações de serviços.

De acordo com a legislação em vigor em Angola, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Em virtude desta regra, as declarações fiscais da Sociedade respeitantes aos exercícios de 2003 a 2006 ainda poderão vir a ser revistas. O Conselho de Administração da Sociedade entende que qualquer eventual liquidação adicional que possa resultar destas revisões não será significativa para as demonstrações financeiras anexas da Sociedade.

3. Alterações nas políticas contabilísticas

Não houve qualquer alteração nas políticas contabilísticas adoptadas em 2007 quando comparadas com o exercício anterior.

NOTAS AO BALANÇO

4. Imobilizado corpóreo

4.1 Composição

Rubricas	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais			
Edifícios e outras construções	40.585.108		40.585.108
Equipamento básico	147.665.476	53.627.541	94.037.935
Equipamento de transporte	31.787.905	12.570.527	19.217.378
Equipamento administrativo	11.886.117	4.526.821	7.359.296
Outras imobilizações corpóreas	6.190.368	2.727.398	3.462.970
Taras e vasilhame			
Imobilizado em curso	24.008.669		24.008.669
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	18.931.816		18.931.816
TOTAIS	281.055.459	73.452.287	207.603.172

4.2 Composição por critérios de valorimetria adoptados

Rubricas	Valor líquido		
	Custo histórico	Valor de reavaliação	Total
Terrenos e recursos naturais			
Edifícios e outras construções	40.585.108		40.585.108
Equipamento básico	87.552.012	6.485.923	94.037.935
Equipamento de transporte	15.461.679	3.755.699	19.217.378
Equipamento administrativo	3.586.439	3.772.857	7.359.296
Outras imobilizações corpóreas	2.766.545	696.425	3.462.970
Taras e vasilhame			
Imobilizado em curso	24.008.669		24.008.669
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	18.931.816		18.931.816
TOTAIS	192.892.268	14.710.904	207.603.172

Durante o exercício de 2007, a Sociedade não procedeu à reavaliação do seu Imobilizado Corpóreo.

4.3 Movimentos, ocorridos durante o exercício, no valor bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Regulariz	Saldo final
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	408.870.495	12.174.018		380.459.405	40.585.108
Equipamento básico	95.461.683	52.203.793			147.665.476
Equipamento de transporte	19.381.963	18.208.454	5.802.512		31.787.905
Equipamento administrativo	7.722.977	4.163.140			11.886.117
Taras e vasilhame					
Outras imobilizações corpóreas	3.814.351	2.376.017			6.190.368
Imobilizado em curso		24.008.669			24.008.669
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	36.013.701	22.104.422	18.687.563	20.498.744	18.931.816
TOTAIS	571.265.170	135.238.513	24.490.075	400.958.149	281.055.459

O valor da regularização, na rubrica de Edifícios e outras construções, corresponde à anulação do lançamento do valor do edifício sito na Av. Comandante Gika (ex. Gen. Norton de Matos) nº 211 e 213 que havia sido registado pelo seu valor total com base no respectivo contrato promessa. Como a escritura não irá ser celebrada procedeu -se à sua regularização, bem como do valor que se encontrava em dívida no passivo da Sociedade.

A Sociedade procedeu ainda à transferência de parte dos adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas, para a rubrica de Devedores – venda de imobilizado e procedeu à respectiva provisão integral (ver nota 9 e 18), dado que se afigura pouco provável a recuperação do valor em causa.

Os aumentos verificados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 na rubrica “Equipamento básico” correspondem, essencialmente, a hardware informático.

Os adiantamentos por conta de imobilizações dizem respeito a pagamentos efectuados por projectos e estudos relacionados com a construção do Novo Centro Informático Seguro.

4.4 Movimentos, ocorridos durante o exercício, nas amortizações acumuladas

Rubricas	Saldo inicial	Reforço (Nota 29)	Alienações	Abates/Transf's	Saldo final
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					
Equipamento básico	32.586.794	21.040.747			53.627.541
Equipamento de transporte	9.435.361	8.937.678	5.802.512		12.570.527
Equipamento administrativo	3.401.203	1.125.618			4.526.821
Taras e vasilhame					
Outras imobilizações corpóreas	1.853.824	873.574			2.727.398
TOTAIS	47.277.182	31.977.617	5.802.512		73.452.287

O valor de venda das viaturas alienadas ascendeu a KZ 527.052, os quais se encontram registados em G anhos em imobilizações (ver nota 33).

5. Imobilizado Incorpóreo

5.1 Composição

Rubricas	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Valor líquido
Trespases	-	-	-
Despesas de desenvolvimento	-	-	-
Propriedade industrial e outros direito e contratos	-	-	-
Despesas de constituição	-	-	-
Despesas de Formação	-	-	-
Obras e Benfeitorias	-	-	-
Outras imobilizações incorpóreas	182.307.025	93.234.302	89.072.723
Adiantamentos por conta de imobilizações Incorpóreas	-	-	-
TOTAIS	182.307.025	93.234.302	89.072.723

5.2 Movimentos, ocorridos durante o exercício, no valor bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Trespases				
Despesas desenvolvimento				
Propriedade industrial e outros direito e contratos				
Despesas de constituição				
Despesas de Formação	4.174.824		4.174.824	-
Obras e Benfeitorias	26.731.671		26.731.671	-
Outras imobilizações incorpóreas	118.112.359	69.144.197	4.949.531	182.307.025
Adiantamentos por conta de imobilizações Incorpóreas	7.358.438		7.358.438	
TOTAIS	156.377.292	69.144.197	43.214.464	182.307.025

O valor líquido das Despesas de formação e das Obras e benfeitorias foi reclassificado para custos do exercício por se considerar que, dos mesmos, não fluem para a Sociedade benefícios económicos nos exercícios futuros ou não é possível proceder à sua quantificação, razão pela qual se considerou ser prudente o tratamento agora preconizado (ver nota 28 e 30).

5.3 Movimentos, ocorridos durante o exercício, nas amortizações acumuladas

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos (Nota 29)	Diminuições	Saldo final
Trespases				
Despesas desenvolvimento				
Propriedade industrial e outros direito e contratos				
Despesas de constituição				
Despesas de Formação	500.997		500.997	-
Obras e Benfeitorias	22.762.969		22.762.969	-
Outras imobilizações incorpóreas	51.973.224	41.261.078		93.234.302
TOTAIS	75.237.190	41.261.078	23.263.966	93.234.302

9. Outros activos não correntes e contas a receber

9.1 Composição

Rubricas	Corrente	Não corrente		
		Vencível até 5 anos	Vencível a mais de 5 anos	Total
Valor bruto				
Clientes – correntes	49.310.870			
Clientes – títulos a receber				
Clientes de cobrança duvidosa				
Fornecedores – saldos devedores				
Estado				
Participantes e participadas	18.018.482			
Pessoal	3.017.109			
Devedores – vendas de imobilizado	20.498.744			
Outros devedores	363.362			
	91.208.567			
Provisões para cobranças duvidosas	986.217			
	90.222.350			

10. Disponibilidades

10.1 Composição

Rubricas	2007	2006
Títulos negociáveis		
Saldos em bancos	248.945.240	81.356.865
Caixa	2.000	4.505
	248.947.240	81.361.370
Provisões		
	248.947.240	81.361.370

11. Outros activos correntes

11.1 Composição

Rubricas	2007	2006
Proveitos a facturar (a)		
Contratos em curso	79.829.443	77.610.838
Encargos a repartir por exercícios futuros	-	-
	79.829.443	77.610.838

(a) Este valor corresponde à facturação do mês de Dezembro de 2007 a qual só é emitida no mês seguinte, ou seja, em Janeiro de 2008

12. Capital

12.1 Composição e movimento no período

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital	31.429.000	14.286.000		45.715.000
Acções/quotas próprias				
Prémios de emissão	11.283.496	53.086.879		64.370.375
Prestações acessórias	402.619.969	27.144.636	429.764.605	-
	445.332.465	94.517.515	429.764.605	110.085.375

A Assembleia Geral de accionistas, de 22 de Junho de 2007, acordou a entrada dos novos accionistas Banco Privado Atlântico e Banco Angolano de Negócios e Comércio. Deliberou igualmente a entrega de USD 21.000,00 como 30% do Capital a subscrever a título de Prémios de Emissão.

A Assembleia Extraordinária de accionistas, de 16 de Novembro de 2007, acordou a entrada dos novos accionistas Banco FINIBANCO Angola, Banco de Negócios Internacional e Banco VTB África. Cada novo accionista adquiriu um percentual de 3,06% dos Capitais Próprios materializado em USD 70.000,00 como Capital Social, USD 112.000,00 como Prestações Acessórias e o remanescente de USD 50.112,00 a título de Prémios de Emissão.

O valor de USD 100.244 referente aos Prémios de Emissão de responsabilidade do Banco FINIBANCO Angola e Banco VTB África ainda não tinham sido realizados a 31 de Dezembro de 2007.

Na sequência da deliberação da Assembleia Extraordinária de accionistas, de 16 de Novembro de 2007, as prestações acessórias passaram a assumir a natureza de prestações acessórias onerosas, ou seja, as mesmas assumiram a natureza de passivo e a ser remuneradas a partir de Janeiro de 2008. Assim, as mesmas poderão ser reembolsadas aos accionistas assim que seja aprovado o respectivo plano de reembolso (ver nota 15).

12.2 Capital

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos (a) (b)	Diminuições	Saldo final (c)
Sócios/accionistas com participação superior a 20 %:				
Banco Nacional de Angola – 51%	16.028.571	7.285.714		23.314.285
Outros sócios/accionistas:				
Banco de Fomento de Angola – 3,06%	1.400.000			1.400.000
Banco Comercial Angolano – 3,06%	1.400.000			1.400.000
Banco de Poupança e Crédito – 3,06%	1.400.000			1.400.000
Banco Regional do KEVE – 3,06%	1.400.000			1.400.000
Banco SOL – 3,06%	1.400.000			1.400.000
Banco Africano de Investimentos – 3,06%	1.400.000			1.400.000
Banco de Comércio e Indústria – 3,06%	1.400.000			1.400.000
Banco Totta de Angola – 3,06%	1.400.000			1.400.000
Banco Millennium Angola – 3,06%	1.400.000			1.400.000
Banco Espírito Santo Angola – 3,06%	1.400.000			1.400.000
Banco BIC – 3,06%	1.400.000			1.400.000
Banco de Negócios Internacional – 3,06%		1.400.000		1.400.000
Banco Privado Atlântico – 3,06%		1.400.000		1.400.000
Banco VTB África – 3,06% (b)		1.400.000		1.400.000
Banco FINIBANCO Angola – 3,06% (b)		1.400.000		1.400.000
Banco Angolano de Negócios e Comércio – 3,06%		1.400.000		1.400.000
Outros (d)	429	286		715
	31.429.000	14.286.000		45.715.000

(a) Durante o exercício, procedeu-se ao aumento do capital social no montante de 14.286.000 KZ com a entrada de novos accionistas. A realização do capital foi feita em dinheiro e corresponde a 14.296 novas acções de valor nominal de 1.000 Kwanzas cada.

(b) Capital subscrito e ainda não realizado:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital subscrito e não realizado				
Banco FINIBANCO Angola	-	1.400.000	-	1.400.000
Banco VTB África	-	1.400.000	-	1.400.000
	-	2.800.000	-	2.800.000

(c) Após o aumento, o capital social fica dividido em 45.715 acções com o valor nominal de KZ 1.000,00 , cada acção. As acções são nominativas sendo que os accionistas terão preferência na subscrição, em futuros aumentos de capital, na proporção das acções que possuírem à data possuírem. Só podem ser accionistas Instituições de Crédito autorizadas a exercer a actividade bancária .

(d) Este valor corresponde ao acerto feito no capital social por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas, por forma ao mesmo poder ficar materializado em acções.

12.3 Prestações Acessórias

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Banco Nacional de Angola	103.614.247		103.614.247	-
Banco de Fomento de Angola	28.995.751		28.995.751	-
Banco Comercial Angolano	28.995.751		28.995.751	-
Banco de Poupança e Crédito	28.995.751		28.995.751	-
Banco Regional do KEVE	28.995.751		28.995.751	-
Banco SOL	28.995.751		28.995.751	-
Banco Africano de Investimentos	28.995.751		28.995.751	-
Banco de Comércio e Indústria	28.995.751		28.995.751	-
Banco Totta de Angola	28.995.751		28.995.751	-
Banco Millennium Angola	28.995.751		28.995.751	-
Banco Espírito Santo Angola	28.995.751		28.995.751	-
Banco BIC	9.048.212		9.048.212	-
Banco de Negócios Internacional		9.048.212	9.048.212	-
Banco Privado Atlântico		9.048.212	9.048.212	-
Banco Angolano de Negócios e Comércio		9.048.212	9.048.212	-
TOTAIS	402.619.969	27.144.636	429.764.605	-

Relativamente ao movimento nas Prestações acessórias veja -se o descrito na nota 12.1 acima.

13. Reservas

13.1 Composição

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Reserva legal (b)		10.148.845		10.148.845
Reservas de reavaliação (a)	26.611.441			26.611.441
Reservas com fins especiais				
Reservas livres				
	26.611.441	10.148.845		36.760.286

(a) As reservas de reavaliação foram criadas ao abrigo das disposições legais em vigor e só podem ser usadas para aumentar o capital ou cobrir prejuízos acumulados até à data a que se reporta a reavaliação.

(b) O aumento da reserva legal corresponde a 5% dos resultados líquidos do exercício de 2006.

14. Resultados transitados

14.1 Composição

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Saldo inicial	(391.138.512)			(391.138.512)
Movimentos no período:				
Transferência dos resultados do exercício anterior		202.976.902		202.976.902
Aplicação de resultados			(10.148.845)	(10.148.845)
Erros fundamentais				
Alterações de políticas contabilísticas				
Efeito de impostos dos erros fundamentais e das alterações de políticas contabilísticas				
Outros movimentos				
	(391.138.512)	202.976.902	(10.148.845)	(198.310.454)

15. Empréstimos correntes e não correntes

15. Composição

15.1 Composição

Rubricas	Corrente	Não corrente		
		Vencível até 5 anos	Vencível a mais de 5 anos	Total
Empréstimos bancários				
Empréstimos por obrigações				
Empréstimos por títulos de participação				
Outros empréstimos			429.764.605	429.764.605
			429.764.605	429.764.605

15.2 Movimentos ocorridos durante o exercício

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Empréstimos bancários				
Empréstimos por obrigações				
Empréstimos por títulos de participação				
Outros empréstimos	-	429.764.605		429.764.605
	-	429.764.605		429.764.605

O valor de KZ 429.764.605 decorre da reclassificação das prestações acessórias para Empréstimos de médio e longo prazo (ver nota 12 acima).

18. Provisões para outros riscos e encargos

18.1 Movimentos, ocorridos durante o exercício, nestas provisões

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Provisões para outros riscos e encargos	-	20.498.744		20.498.744
	-	20.498.744		20.498.744

O valor do aumento corresponde à provisão constituída para a rubrica de Devedores – venda de imobilizado (ver nota 4 e 9).

19. Contas a pagar

19.1 Composição

Rubricas	Corrente	Não corrente		
		Vencível até 5 anos	Vencível a mais de 5 anos	Total
Fornecedores – correntes	106.754.906			
Fornecedores – títulos a pagar				
Clientes – saldos credores				
Adiantamentos de clientes	1.400.688			
Outros				
Estado (a)	78.270.414			
Participantes e participadas				
Pessoal				
Credores – compras de imobilizado				
Outros credores	11.143.888			
	197.569.896			

(a) Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	2007	2006
Impostos sobre os lucros		
Adiantamentos		
Retenções na fonte		
Encargo do ano	50.619.193	
Imposto de 2006 e multas por entrega fora do prazo (b)	25.855.471	
Imposto de produção e consumo		
Imposto de rendimento de trabalho	1.473.538	1.058.137
Imposto de circulação		
Outros impostos	322.212	378.766
	78.270.414	1.436.903

(b) Este montante inclui o imposto industrial de 2006 no montante de KZ 9.402.588 e as estimativas para as multas por entrega fora do prazo das respectivas declarações de 2007 e 2006, no montante de KZ 8.225.619 e de KZ 8.227.264, respectivamente (ver nota 35).

21. Outros passivos correntes

21.1 Composição

Rubricas	2007	2006
Encargos a pagar		
Férias, subs. Férias e Indemnizações (a)	46.555.600	7.900.000
Fornecimentos e serviços externos		
Telecomunicações	5.437.900	2.550.000
Honorários e Avenças	2.400.640	
Publicidade e Propaganda	4.240.000	
Outros Fornecimentos	706.500	1.685.000
Juros de Empréstimos		2.000.000
Outros Impostos	2.330.190	2.040.000
Proveitos a repartir por exercicios futuros		
	61.670.830	16.175.000

(a) O valor da estimativa dos Encargos a pagar com férias e subsídio de férias de 2007 encontra -se acrescido de mais três remunerações, para além das 14 efectuadas nos anos anteriores, com o propósito de cumprir com a política de prémios por objectivos, acordada em Conselho de Administração, uma vez que foram alcançadas as metas determinadas em termos de volume de transacções efectuadas na REDE MULTICAIXA.

NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

23. Prestações de serviço

23.1 Composição das prestações de serviço por mercados

Rubricas	2007	2006
Mercado interno	949.492.075	602.770.432
Mercado externo		
	949.492.075	602.770.432

23.2 Composição das prestações de serviço por actividades

Rubricas	2007	2006
Serviços principais		
Actividade principal (a)	918.680.395	586.770.566
Serviços secundários		
Outras prestações (b)	30.811.680	15.999.866
	949.492.075	602.770.432

(a) A rubrica "Actividade principal" refere-se ao preçário aplicado às transacções realizadas em caixas automáticos (ATM's) e terminais de pagamento (TPA's) pelos Bancos accionistas e participantes na Rede MULTICAIXA.

(b) Em outras prestações estão incluídas as comissões cobradas pela Sociedade por serviços prestados às duas operadoras de telecomunicações móveis.

28. Custos com o pessoal

Rubricas	2007	2006
Remunerações dos Corpos Sociais (a)	35.255.022	16.598.416
Remunerações Pessoal (a)	123.206.086	76.452.049
Pensões		
Prémios para pensões		
Outras remunerações	13.712.274	
	172.173.382	93.050.465
Número de empregados ao serviço da Sociedade	29	27

(a) Tal como referido na nota 21.1, foram acrescentadas mais três remunerações, para além das 14 efectuadas nos anos anteriores, para cumprir com a política de prémios por objectivos, acordada em Conselho de Administração, uma vez que foram alcançadas as metas determinadas em termos de volume de transacções efectuadas na REDE MULTICAIXA.

29. Amortizações

Rubricas	2007	2006
Imobilizações corpóreas (Nota 4.4)	31.977.617	17.913.344
Imobilizações incorpóreas (Nota 5.3)	46.319.394	29.247.642
	78.297.011	47.160.986

30. Outros custos e perdas operacionais

Rubricas	2007	2006
Subcontratos		
Fornecimentos e serviços de terceiros		
Despesas de investigação		
Despesas de desenvolvimento		
Conservação e reparação (a)	217.449.470	86.960.189
Royalties		
Serviços estrangeiro	72.424.099	22.589.484
Honorários e avenças	43.252.485	18.146.615
Serviços de telecomunicações	54.948.999	35.027.843
Outras	88.331.922	66.626.854
Impostos	19.165.742	13.266.501
Despesas confidenciais		
Quotizações		
Ofertas e amostras de existências		
Custos e perdas operacionais	1.179.523	785.076
	496.752.240	243.402.562

(a) Este valor é composto por KZ 200.993.571 referente ao contrato de manutenção do parque das máquinas (ATM's e POS) celebrado com a Planad e KZ 6.843.989 referente a outros pequenos contratos de reparação e conservação. A variação ocorrida prende-se apenas com o aumento verificado ao nível da actividade.

31. Resultados financeiros

Rubricas	2007	2006
Proveitos e ganhos financeiros		
Juros	220.095	
Investimentos financeiros		
Outros		
Rendimentos de investimentos em imóveis		
Investimentos financeiros		
Outros		
Rendimentos de participações de capital		
Investimentos financeiros		
Outros		
Ganhos na alienação de participações financeiras		
Investimentos financeiros		
Outros		
Reposição de provisões		
Investimentos em filiais e associadas		
Outros activos financeiros		
Disponibilidades		
Diferenças de câmbio favoráveis		
Realizadas		
Não realizadas	2.078.518	3.136.362
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Outros		70.567
	2.298.613	3.206.929
Custos e perdas financeiros		
Juros	7.035.661	10.972.204
Amortizações de investimentos em imóveis		
Provisões para aplicações financeiras		
Investimentos em filiais e associadas		
Outros activos financeiros		
Disponibilidades		
Perdas na alienação de aplicações financeiras		
Investimentos financeiros		
Outros		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Realizadas		
Não realizadas	14.561.604	8.019.547
Descontos de pronto pagamento concedidos		121
Outros	2.334.376	2.753.253
	23.931.641	21.745.125
	(21.633.028)	(18.538.196)

33. Resultados não operacionais

Rubricas	2007	2006
Proveitos e ganhos não operacionais		
Reposição de provisões		
Existências (Nota 8)		
Cobranças duvidosas (Nota 9)		
Outros riscos e encargos (Nota 18)		
Anulação de amortizações extraordinárias		
Ganhos em imobilizações	527.052	
Ganhos em existências		
Recuperação de dívidas		
Benefícios de penalidades contratuais		
Descontinuidade de operações		
Sinistros		
Alterações de políticas contabilísticas		
Correcções relativas a exercícios anteriores	2.162.823	
Outros proveitos e ganhos não operacionais	2.599.180	7.332.178
	5.289.055	7.332.178
Custos e perdas não operacionais		
Provisões		
Existências		
Cobranças duvidosas	986.217	
Outros riscos e encargos (ver nota 18)	38.128.596	
Amortizações extraordinárias		
Perdas em imobilizações		8.225.542
Perdas em existências		
Dívidas incobráveis		
Multas e penalidades contratuais		
Descontinuidade de operações		
Alterações de políticas contabilísticas		
Correcções relativas a exercícios anteriores (a)	27.277.611	18.767.333
Outros custos e perdas não operacionais	3.052.587	
	69.445.011	26.992.875
	(64.155.956)	(19.660.697)

(a) Este montante diz respeito a anulação de acréscimos de proveitos , relativos à estimativa de facturação de Dezembro de 2006 que não se veio a concretizar .

35. Imposto sobre o rendimento

Rubricas	2007	2006
Resultado contabilístico	116.480.458	202.976.902
Correcções para efeitos fiscais:		
A somar: Variações patrimoniais positivas	-	-
Custos e perdas não aceites para efeitos fiscais (b)	28.145.807	11.087.377
<i>Discriminar</i>		
A deduzir: Variações patrimoniais negativas	-	-
Proveitos e ganhos não tributáveis	-	-
<i>Discriminar</i>		
Prejuízos fiscais de anos anteriores	-	(187.199.742)
Lucros levados a reservas e reinvestidos	-	-
Lucro tributável (prejuízo fiscal)	144.626.265	26.864.537
Taxa nominal de imposto	35%	35%
Imposto sobre os lucros (a) (c)	50.619.193	9.402.588
Taxa efectiva de imposto	43,5%	4,6%

(a) Estes impostos decompõem-se da seguinte forma:

Rubricas	2007	2006
Imposto sobre erros fundamentais e sobre as alterações das políticas contabilísticas reconhecido em Resultados transitados (Nota 14)	-	-
Imposto sobre os resultados correntes	50.619.193	-
Imposto sobre os resultados extraordinários	-	-
TOTAIS	50.619.193	-

(b) Tal como referido na nota 2.1.2 a), 30% do acréscimo das amortizações do exercício resultantes da reavaliação não é aceite como custo do exercício para efeitos da determinação do lucro tributável, pelo que o mesmo foi acrescido ao resultado contabilístico (KZ 10.515.955). Foram ainda acrescentadas as provisões criadas para outros riscos e encargos no montante de KZ 17.629.852 (ver nota 18).

(c) O valor de impostos sobre os lucros constante da Demonstração de resultados integra o montante de KZ 8.225.619 relativo à estimativa para multa por entrega fora do prazo (2006: KZ 8.227.264).

37. Contingências

A EMIS rubricou, em finais de 2006, um contrato de compra e venda para aquisição o de um imóvel onde deveria ser instalado o seu futuro Centro Administrativo e Operacional. Actualmente, decorre um litígio extra-judicial para recuperação dos valores entregues (USD 2 50.000,00) a título de adiantamento, uma vez que o contrato foi denuncia do por incumprimento da parte vendedora. Os valores entretanto adiantados foram provisionados (nota 4, 9 e 18).

38. Acontecimentos ocorridos após a data de balanço

O Conselho de Administração aprovou, em reunião no dia 26 de Janeiro de 2008, um empréstimo mo sindicado para o Programa PCN. Este empréstimo está, entretanto, a ser negociado pelo valor de 10 milhões de Euros, por sete anos, com dois anos de carência, ficando o Banco BESA como líder do sindicato.

40. Transacções com entidades relacionadas

O quadro abaixo faz referência à prestação de serviços disponibilizados na REDE MULTICAIXA aos accionistas da EMIS. A rubrica Outros inclui outras prestações de serviços disponibilizados pela Sociedade às duas operadoras de telecomunicações móveis e ainda a prestação de serviços a facturar em Janeiro de 2008 mas referentes a 2007.

Entidades Relacionadas	2007
Banco de Poupança e Crédito	165.921.459
Banco de Comércio e Indústria	36.087.710
Banco de Fomento Angola	332.725.155
Banco Totta de Angola	14.524.093
Banco Africano de Investimentos	65.242.822
Banco Comercial Angolano	12.541.075
Banco Comercial Português	8.883.513
Banco SOL	29.416.115
Banco Espírito Santo Angola	10.579.575
Banco Regional do Keve	11.267.761
Banco BIC	150.011.573
Banco Privado Atlântico	1.300.051
Banco Angolano de Comércio e Negócios	350.050
Banco FINIBANCO Angola	-
Banco de Negócios Internacional	-
Banco VTB África	-
Outros	110.641.123
TOTAIS	949.492.075

Os Custos Financeiros que abaixo se mencionam fazem referência à remuneração das Prestações acessórias efectuadas através do Banco de Poupança e Crédito.

Os Proveitos financeiros fazem referência a juros debitados pelos Bancos nas diversas contas de disponibilidades da EMIS.

Custos Financeiros com entidades relacionadas	
Banco de Poupança e Crédito	7.035.661
Proveitos Financeiros com entidades relacionadas	220.095

----000----

5. RELATÓRIO DE AUDITORIA



Aos Accionistas da
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A.

PricewaterhouseCoopers
(Angola), Lda
Largo Saydi Mingas
Prédio BFC, 16º Andar
Luanda
República de Angola
Caixa Postal Nº 5957

Telephone +(244) 222 395 004
Facsimile +(244) 222 395 677
www.pwc.com

Relatório de Auditoria

1 Auditámos as Demonstrações Financeiras anexas da EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007, que evidencia um total de 715.675 milhares de Kwanzas e um capital próprio de 6.171 milhares de Kwanzas, o qual inclui um resultado líquido do exercício no montante de 57.636 milhares de Kwanzas, a Demonstração de resultados do exercício findo naquela data e as respectivas notas explicativas.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas Demonstrações Financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola. Esta responsabilidade inclui: a concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno que garanta a preparação e apresentação de Demonstrações Financeiras isentas de distorções significativas, quer devidas a fraude ou a erro; selecção e aplicação de políticas contabilísticas adequadas; e efectuar estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

Responsabilidade do Auditor

3 A nossa responsabilidade é a de emitir uma opinião independente sobre estas Demonstrações Financeiras, baseada na nossa auditoria. Efectuámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos com os requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria de forma a obtermos segurança razoável sobre se as referidas Demonstrações Financeiras não contêm distorções significativas.

4 Uma auditoria pressupõe a execução de procedimentos com o objectivo de obter prova de auditoria sobre os valores e divulgações constantes das Demonstrações Financeiras. Os procedimentos de auditoria seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção significativa das Demonstrações Financeiras, quer devido a fraude quer a erro. Ao efectuar a avaliação de risco, o auditor tem em consideração o sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das Demonstrações Financeiras pela Sociedade, exclusivamente na profundidade que se revelar necessária à determinação dos procedimentos de auditoria que se mostrem adequados às circunstâncias, e não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do sistema de controlo interno da Sociedade. Adicionalmente, uma auditoria inclui a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação global das Demonstrações Financeiras.

5 Em nosso entender a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

6 Em nossa opinião, as referidas Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A. em 31 de Dezembro de 2007 e o seu desempenho financeiro do exercício então findo, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

Ênfases

7 Sem afectar a nossa opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:

7.1 A aplicação do resultado líquido do exercício de 2006, no que respeita à aplicação de 5% (10.149 milhares de Kwanzas) para reserva legal, não se encontra ratificada em Assembleia Geral de accionistas.

7.2 No decorrer do exercício, a Sociedade aumentou o seu capital social com a entrada de novos accionistas. Até à data de emissão deste relatório, a Sociedade não realizou a escritura pública nem procedeu à actualização dos seus estatutos.

Luanda, 17 de Junho de 2008

6. PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Accionistas da EMIS - Empresa Interbancária de Serviços S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestações de contas da EMIS - Empresa Interbancária de Serviços S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhamos a evolução da actividade e dos negócios da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções examinamos o Balanço e a Demonstração de Resultados elaborados pelo Conselho de Administração para o exercício findo em de 31 de Dezembro de 2007.

Consideramos prudente a constituição da provisão no montante de 17.629.852 KZ decorrente da correcção do cálculo do Imposto Industrial de 2006, bem como a provisão de 8.225.619 KZ para fazer face a eventuais multas pelo atraso na entrega da declaração de Imposto Industrial de 2007.

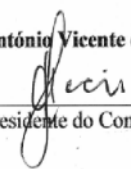
As ênfases que são referidas no parecer do auditor externo, embora em nossa opinião não tenham impacto nas demonstrações financeiras, deverão ser formalizadas até final do corrente exercício.

Face ao exposto, somos da opinião que as demonstrações financeiras estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

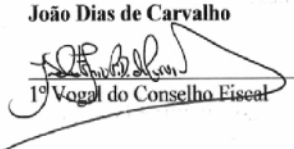
Desejamos expressar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido em prol da modernização do sistema financeiro angolano e manifestar o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Luanda, 24 de Junho de 2008

António Vicente de Gouveia


Presidente do Conselho Fiscal

João Dias de Carvalho


1º Vogal do Conselho Fiscal

António de Sousa Mota


2º Vogal do Conselho Fiscal

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 2006 / 2007

EMIS, SA


PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS - 2006

O Conselho de Administração propõe aos senhores accionistas que seja ratificada pela Assembleia Geral a aplicação dada aos resultados líquidos do exercício de 2006, no montante de 202. 976.902 Kz e que foi a seguinte:

- a) Nos termos da legislação em vigor, seja destinada a importância de 10.148.845 Kz para constituição da reserva legal.
- b) Para resultados transitados o montante de 192. 828.057 Kz

Luanda aos 23 de Junho de 2008



J. B. de Mota


EMIS, SA

PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS - 2007

O Conselho de Administração propõe aos senhores accionistas que, aos resultados líquidos do exercício de 2007, no montante de 57. 635.646 Kz, seja aplicado integralmente em Resultados Transitados:

Luanda aos 23 de Junho de 2008

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'JMO'.

J. J. de Matos
A large, stylized handwritten signature in black ink, possibly 'J. J. de Matos'.

